

ALGUNS DESTAQUES ESTRATÉGICOS DO CONSULADO BUSH

José Loureiro dos Santos

No dia 2 de Dezembro de 2000, interrogava-me sobre se a vitória alcançada por Bush nas eleições presidenciais, alguns dias atrás¹, significava a assunção de uma lógica imperial por parte dos EUA. Esta hipótese, presumia eu, deveria «estar a encher os europeus de preocupação», já que uma postura unilateral na abordagem dos problemas internacionais, a denúncia do Tratado ABM de 1972, o abandono do Protocolo de Quioto, a ignorância do Tribunal Penal Internacional, assim como outras atitudes, se poderiam reflectir «na solidez da NATO e na evolução das relações intra-europeias». A realidade ultrapassou de largo as previsões.

A VIRAGEM ESTRATÉGICA

O dia 1 de Maio de 2001 foi aproveitado pelo recém-empossado Presidente para anunciar a nova estratégia nuclear norte-americana, na Universidade de Defesa Nacional dos EUA – pôr fim à estratégia de dissuasão ofensiva ou punitiva, conhecida por dissuasão pelo terror, e avançar para a estratégia de dissuasão defensiva, a partir da instalação de um sistema de defesa antimíssil de eficácia progressiva, depois da denúncia do Tratado ABM de 1972².

O atentado de 11 de Setembro de 2001 à sede do «poder imperial» abalou a sociedade americana e repercutiu-se em todo o mundo, que reagiu em uníssono na sua condenação e no apoio sem condições aos Estados Unidos. E teve consequências estratégicas de enorme dimensão, uma vez que, aparentemente, mostrou serem certas as opções que a Administração norte-americana já tinha tomado, assim como aquelas que preparava.

Sob o «manto» daquilo a que chamei «imediatismo estratégico», aplaudido por todos – declaração da «guerra global ao terrorismo» (GWOT, na notação inglesa) e imediata invasão do Afeganistão, apadrinhada pelas Nações Unidas –, continuaram «a movimentar-se as correntes estratégicas profundas que tinham emergido com o final da guerra fria»³, agora ao modo duro e agressivo de uma Administração que não procurava dis-

simular a sua natureza imperial. Correntes que visavam: reforçar o poder dos EUA, em relação a todos quantos pudessem vir a desafiar-los, com especial atenção ao poder crescente da China; tinham em vista explorar o sucesso da vitória na Guerra Fria (agora cercando a Rússia por leste, na Ásia Central); e desenvolver estratégias que garantissem o acesso controlado dos combustíveis fósseis.

A declaração da GWOT, a proclamação do «Eixo do Mal» (Coreia do Norte, Irão e Iraque) em Janeiro de 2002 e a publicação da «National Security Strategy» pouco tempo depois, no mesmo ano, constituíram os indicadores de tudo quanto se iria seguir: unilateralismo, com coligações *ad hoc*, em vez de multilateralismo; prioridade ao uso da força militar para atingir os objectivos estratégicos; abandono dos tratados internacionais balizadores da ordem internacional; desdém pela regulamentação internacional consagrada e não-cumprimento da lei internacional, se conveniente à conduta estratégica operacional no terreno; recurso à guerra preventiva.

Iniciou-se uma ofensiva geral contra o «Eixo do Mal». Quanto à Coreia do Norte, foi abandonada a estratégia diplomática anterior, para conseguir o desmantelamento da sua capacidade nuclear, e enveredou-se pela ameaça e até pelo insulto pessoal, o que só reforçou a sua corrida ao nuclear. O mesmo em relação ao Irão, apesar da sua proposta de 2003 para efectuar negociações que resolvessem o contencioso existente com os norte-americanos e do seu apoio à invasão do Afeganistão. O Iraque é invadido em Março de 2003, à margem das Nações Unidas e com o apoio de alguns aliados, tendo por finalidade o derrube de Saddam Hussein (que tinha ligações à Al-Qaida e possuía armas de destruição em massa, de acordo com os responsáveis dos EUA), com a finalidade de transformar o país numa democracia (sistema de governo que alastraria ao Médio Oriente, segundo os visionários neoconservadores), bem como resolver o conflito israelo-palestiniano (para os ideólogos do novo regime, «o caminho de Jerusalém passava por Bagdade»).

Quase oito anos depois de ascender à presidência e a poucos meses do final do seu segundo mandato, George Bush bate em retirada face ao «Eixo do Mal», com o seu país

ainda a única superpotência global, mais débil do que se encontrava quando tomou posse, especialmente em termos da credibilidade e confiança que inspirava aos seus aliados e o respeito e temor que infundia aos seus adversários. Com o grosso das

QUASE OITO ANOS DEPOIS DE ASCENDER
À PRESIDÊNCIA E A POUCOS MESES DO FINAL
DO SEU SEGUNDO MANDATO, GEORGE BUSH
BATE EM RETIRADA FACE AO «EIXO DO MAL».

suas forças terrestres perto da exaustão, empenhadas no Iraque, o que impede o reforço do teatro de operações afegão e retira capacidade de reacção a crises que outros actores provoquem com a finalidade de ganharem vantagens.

Isto, depois de ter abandonado há muito o unilateralismo e ter reconhecido que, afinal, os apoios internacionais tinham imensas virtudes. Com a economia dos EUA ameaçada e em profunda crise financeira. Forçado a retomar a estratégia de Clinton face à Coreia

do Norte. A caminho de negociações directas com o Irão sobre a sua capacidade nuclear. Depois de aceitar a definição de um «horizonte temporal» para a retirada das forças americanas, e de ter chegado a um acordo geral com o Governo de Bagdade sobre a situação em que ficará o Iraque, onde só continuará na medida daquilo que os iraquianos considerarem do seu interesse (o que, provavelmente, será avaliado em permanência caso a caso, e globalmente todos os anos). Tentando, desesperadamente, e «à maneira de Clinton», conseguir um acordo que encaminhe a solução do conflito israelo-palestino, através da criação de dois estados que se reconheçam e respeitem mutuamente, já que, afinal, se constatou não ser possível chegar a Jerusalém através de Bagdade, pelo menos da maneira e com os objectivos pretendidos pelos neoconservadores. Numa situação em que é indispensável inverter o panorama estratégico desfavorável no Afeganistão – onde os taleban progridem –, à custa das forças que se encontram no Iraque. Finalmente, e um tanto paradoxalmente, com o actual secretário de Defesa de Bush, Robert M. Gates a regressar ao termo «longa guerra» do seu antecessor Rumsfeld, mas a dar primeira prioridade à preparação das forças para a guerra irregular, nas próximas décadas, passando para segundo lugar áreas como a disputa do espaço aéreo e do espaço exterior (áreas-chave em que se não pode perder a supremacia), o que mereceu contestação da Junta de Chefes do Estado-Maior perante este exagero de sinal contrário ao que Rumsfeld definira no início do primeiro mandato de Bush e no qual tanto insistiu.

A GUERRA HOJE – UM CONCEITO A REPENSAR

O consulado Bush teve, pelo menos, o mérito de fazer destacar certas questões de natureza estratégica que merecem profunda reflexão. Umas que nos surgem como circunstâncias e/ou acontecimentos novos, resultantes de modificações do ambiente, considerado nos seus mais variados aspectos – geográfico, económico, científico, militar, ideológico, mediático, do conhecimento, etc. Outras que constituem a repetição de situações/ocorrências já verificadas no passado, que foram consideradas ultrapassadas por muitos, mas mantêm toda a sua pertinência, desde que adaptadas ao contexto actual. Apresentarei algumas das que mais me sensibilizaram.

A primeira questão que devemos analisar é o conjunto de ambiguidades que podem rodear o conceito de guerra. Podemos interrogar-nos se, quando se utiliza o termo «guerra», se pretende caracterizar um fenómeno político bem definido, que envolve o exercício da coacção física através da força militar organizada, ou visa justificar a utilização da força militar organizada em situações em que ela é, no mínimo, controversa, ou, ainda, abrange todos os conflitos em que haja aplicação da força física, organizada ou não, por qualquer actor, estatal ou não.

Institucionalmente, o termo «guerra» implica um conflito no qual o vector militar está a ser utilizado. Com o desuso de os estados fazerem declarações de guerra, as afirmações públicas dos responsáveis políticos passaram a corresponder à sua declaração formal, apesar de não se traduzir nas obrigações legais que esta impõe. Mas proferir a

palavra «guerra» também pode indiciar apenas a postura de um determinado Estado quanto ao uso das Forças Armadas, nos diversos conflitos com que se venha a debater, sem que seja observado o princípio de que a aplicação do vector militar deverá constituir sempre o último argumento, depois de esgotados todos os restantes.

Quando Bush declarou a Guerra Global ao Terrorismo, mal se antevia o que isso significava. Só mais tarde, com a abertura de Guantánamo, tivemos oportunidade de o conhecer: não-existência legal dos indivíduos acusados de terroristas (combatentes inimigos), prisões clandestinas e rapto de suspeitos em qualquer país do mundo sem conhecimento das respectivas autoridades, autorização de métodos de tortura, etc. O desaparecimento da declaração de guerra pode abrir o caminho a todas as ilegalidades e pôr em causa as aquisições civilizacionais do Ocidente democrático.

O DESAPARECIMENTO DA DECLARAÇÃO DE GUERRA PODE ABRIR O CAMINHO A TODAS AS ILEGALIDADES E PÔR EM CAUSA AS AQUISIÇÕES CIVILIZACIONAIS DO OCIDENTE DEMOCRÁTICO.

Por outro lado, o aparecimento de actores internacionais atípicos, como as organizações transnacionais do crime organizado e as organizações terroristas, assim como as milícias quase-exército e quase-Estado que exercem o controlo de território, pes-

soas e bens, à margem do Estado tradicional em que estão inseridos (caso do Hezbollah no Líbano), não alteram a situação acima descrita, desde que estejam envolvidas forças militares de um Estado. Este envolvimento é que deveria constituir, à luz do direito, o elemento caracterizador da expressão «guerra».

Em boa verdade, tudo parece indicar que a guerra perdeu a «dignidade» jurídica internacional que lhe era conferida no passado, desde que se banalizou o termo, aplicando-o a situações que lhe não deveriam corresponder. Dignidade que lhe é retirada tanto por «organizações não estatais ou para-estatais», como por estados consagrados e aceites em termos de direito internacional. Não sendo corrigida, esta perigosa situação pode originar o incumprimento sistemático das leis internacionais que se foram erigindo com grande dificuldade, a despeito do seu cumprimento dispor cada vez de mais instrumentos para o fazer, como é o caso do Tribunal Penal Internacional. Só que isto só é possível quando existe concordância dos membros permanentes do Conselho de Segurança, o que tende a ser cada vez mais raro com o esbatimento do mundo unipolar e a aproximação da ordem internacional multipolar.

A NOVA CORRIDA AO NUCLEAR

Outra questão estratégica pertinente, de que se foi tomando consciência à medida que a era Bush se desenrolava, foi o impacte da crescente complexidade das sociedades modernas em rede, e as vulnerabilidades dela resultantes, na utilidade do emprego da força militar para alcançar objectivos políticos⁴. Já se sabia que operações de combate acima de certos níveis de destruição não têm préstimo político em certas situações, como é o caso do uso ofensivo de armas nucleares. Os seus efeitos são de tal monta, que não servem a

política. Aliás, esta é a razão pela qual os engenhos nucleares deixaram de ser utilizados, visando apenas fins de dissuasão, particularmente de campanhas convencionais.

Por outro lado, as actuais sociedades potenciam o recurso a métodos tipo guerrilha ou terrorista, pois são devastadores os efeitos do uso dos mais sofisticados dispositivos (*devices*) a que os cidadãos têm fácil acesso, pelo seu baixo preço, como verdadeiras «armas de destruição aumentada», quando utilizados com o intuito de provocar mortes (de inocentes). Estas técnicas, agindo isolada ou conjuntamente com acções de combate no ciberespaço capazes de paralisar os órgãos de governo político, institucional e empresarial, pela disrupção dos sistemas informáticos que suportam a maioria dos sistemas de funcionamento social, podem produzir verdadeiras hecatombes, nos meios de transporte de massas (terrestres, aéreos e marítimos), nos locais de habitação e de espectáculo, nos destinatários da distribuição de energia e de outros bens, etc., cujas repercussões saem exponenciadas, por via da globalização mediática.

Ou seja, contrariamente ao que acontece com os actores militarmente poderosos, cujo aproveitamento pleno dos seus armamentos tem certas limitações para atingir objectivos políticos, os actores militarmente mais fracos vêem aumentar o rendimento político das capacidades de utilizar instrumentos vulgares e baratos. Admite-se mesmo que, em certas condições e tendo como exemplo a eficácia que alcançou a resistência contra a maior potência mundial (tanto no Iraque como no Afeganistão), será possível dissuadir uma invasão convencional de um país bem mais poderoso, se for organizada uma resistência nacional com suficiente antecedência, tirando partido das vantagens que as sociedades modernas conferem às acções insurreccionais e utilizando «barragens» ciberespaciais. Um potencial invasor poderá desistir de impor a sua vontade política a uma pequena potência, se esta tiver condições para lhe impor custos de uma eventual ocupação superiores às vantagens que dela retiraria.

A procura do acesso à tecnologia que permita produzir engenhos nucleares pelos estados tem por finalidade impedir que sejam invadidos por um potencial inimigo muito superior em armamento convencional. Esta tem sido a atitude de alguns países que se viram ameaçados pela retórica bélica da Administração Bush. A escalada de comunicações à Agência Internacional de Energia Atómica por parte de alguns países do Médio Oriente e do Norte de África, informando que pretendem iniciar diligências para construir centrais de energia nuclear, constitui a resposta lógica da busca pelo Irão da capacidade de evitar potenciais ataques dos EUA ou de Israel, dissuadindo-os de o fazer, ameaçando-os com danos superiores aos benefícios que obteriam de uma eventual invasão, através do emprego de armas nucleares. Assim, a posse de engenhos nucleares ou da capacidade de os produzir quando for necessário passou a ser um factor de definição da hierarquia das potências.

Uma questão relacionada com esta é a da procura da imunidade a ataques nucleares, assunto que se levantou ainda durante a campanha eleitoral de George W. Bush e se materializou no início do seu primeiro mandato, com a denúncia do Tratado ABM.

Embora os EUA só invoquem a necessidade de se defenderem de eventuais ataques com mísseis armados de ogivas nucleares efectuados por estados párias (leia-se Coreia do Norte e Irão, justificação em vias de desaparecer), estão convencidos de que poderão erigir, embora progressivamente, um sistema de defesa antimíssil capaz de anular ataques nucleares maciços. Pelo seu lado, a Rússia tem a mesma convicção e age neste pressuposto, respondendo com manobras que detenham a implantação do dispositivo ABM dos EUA ou consigam criar um sistema antimíssil combinado que lhe permita ter uma efectiva participação no processo de decisão, o que não tem sido contemplado pelas propostas norte-americanas até agora apresentadas.

Mesmo durante o período em que o sistema dos EUA não tenha ainda atingido a sua completa eficácia, ele produzirá uma alteração de grande dimensão no diálogo estratégico russo-americano. O facto de a superpotência ter a possibilidade de deter ataques nucleares limitados e manter capacidades militares convencionais imbatíveis (juntamente com as possibilidades que possui para exercer coacção noutros domínios, especialmente no económico), anula a dissuasão das potências com reduzido potencial de lançamentos nucleares, o que significa que poderá subtraí-las à zona de influência russa, se com ela se tentarem proteger. O «império» americano consolidar-se-á e ampliar-se-á, enquanto o russo se esboroará.

O EMBATE MEDIÁTICO

Não é menos relevante o grau de importância que atingiram as operações mediáticas. Durante o consulado de Bush, tivemos ocasião de observar estratégias mediáticas poderosas e bem articuladas, tanto dos EUA como dos seus principais adversários – o terrorismo jihadista.

Pela primeira vez, o espaço mediático global passou a ser percorrido com verdades diferenciadas, portanto, com elementos de persuasão e propaganda ao serviço de ambos os lados. O aparecimento da Al-Jazeera, primeiro, e da Al-Arabya, mais tarde, permitiram a comparação de duas estratégias mediáticas em confronto.

Em termos de garantia da solidez psicológica da retaguarda, verificaram-se os maiores cuidados. Por exemplo, os responsáveis políticos e militares norte-americanos e britânicos tomaram consciência dos efeitos demolidores que as imagens televisivas do regresso dos mortos em combate tinham para o apoio da população à continuação das operações militares no ultramar, como acontecera durante a Guerra do Vietname. Foi levado a cabo um controlo extremamente apertado do visionamento do regresso a casa dos heróis de guerra, embora sempre seguindo as normas simbólicas em uso no meio militar, mas isoladamente e apenas nos respectivos lugares de origem.

Talvez com efeitos ainda mais amplos foi a utilização da internet pelo jihadismo, que se modificou na Guerra do Iraque, sob a liderança de Al-Zarqawi, introduzindo aquilo que se chama a segunda geração do terrorismo islamita. As operações dos combatentes terroristas visavam obter mais a preparação de peças televisivas que pudessem ser

colocadas nos *websites* islamitas e difundidas por todo o mundo, do que para alcançar os objectivos materiais específicos de cada operação. O que produzia (e produz) efeitos poderosos em termos de sensibilização e estímulo dos combatentes e de mobilização de apoiantes, em todo o mundo islâmico.

Aliás, depois do recuo e fuga desordenada a que a Al-Qaida se viu obrigada com a invasão militar norte-americana do Afeganistão, a internet transformou-se: em *madrassa*, que difunde a doutrina islâmica na interpretação fundamentalista, colocando em permanente contacto a comunidade dos crentes (*umma*); em *órgão de instrução e ensino*, a partir do qual um apoiante pode aprender técnicas terroristas, como montar um cinto de explosivos, navegar de noite em qualquer terreno, fazer uma emboscada; *santuário* onde se reúnem os dirigentes jihadistas e organizam os grandes atentados, além de constituir a plataforma onde os principais chefes anunciam as grandes concepções estratégicas de actuação, fazem os discursos mais marcantes para moralizar os seus «exércitos» e dão a conhecer as linhas de rumo a seguir por todos os apoiantes e simpatizantes.

Foi esta «barragem» mediática de explicação, ensino e mobilização que gerou a segunda fase da Al-Qaida, fazendo aparecer a ideologia al-qaidista. Com ela, foi possível multiplicarem-se organizações e células terroristas com autonomia táctica e estratégica, frequentemente sem quaisquer ligações com a Al-Qaida central, mas apenas por ela inspiradas, o que dificultou o trabalho dos serviços de informações, pelos obstáculos que lhes cria para detectar estas organizações, que parece surgirem por geração espontânea.

A Al-Qaida como ideologia tem muito a ver com o impulso da resistência no Iraque, quando os baasistas (antigos militares de Saddam) e os membros da Al-Qaida se aliaram contra as forças militares da coligação liderada pelos norte-americanos. Nessa época, aumentou em flecha o recrutamento de terroristas, que se dirigiam para o Iraque a fim de combater os «cruzados», regressando às suas cidades no fim de um período de campanha, para recrutar novos membros e constituírem organizações locais de acção.

A AL-QAIDA COMO IDEOLOGIA TEM MUITO A VER COM O IMPULSO DA RESISTÊNCIA NO IRAQUE, QUANDO OS BAASISTAS E OS MEMBROS DA AL-QAIDA SE ALIARAM CONTRA AS FORÇAS MILITARES DA COLIGAÇÃO LIDERADA PELOS NORTE-AMERICANOS.

Também foi a Guerra do Iraque, face à redução drástica das forças americanas no Afeganistão que ela originou, que permitiu a recuperação da Al-Qaida sede, acantonada nas zonas tribais paquistanesas de fronteira com o Afeganistão, que funcionaram como santuário, criando grande instabilidade no Paquistão e invertendo a situação no Afeganistão a favor dos taleban, o que teve como resultado a grave situação que actualmente se vive em ambos os países. Presentemente, as zonas tribais paquistanesas constituem o principal foco do extremismo violento que combate tanto no Paquistão como no Afeganistão. O primeiro, e único país muçulmano com armas nucleares, pode implodir. O segundo, zona estratégica de abrigo jihadista, pode tornar-se uma «fábrica» de atentados ao Ocidente.

O FACTOR HUMANO

A questão seguinte diz respeito à queda do mito de que a superioridade tecnológica resolverá todos os conflitos, dispensando efectivos numerosos («botas no terreno») nos teatros de operações.

Aquilo que acontece no Iraque e no Afeganistão mostrou que os conflitos com características insurreccionais, que impedem a consolidação de uma ocupação militar que poderá ser efectuada muito rapidamente, como aconteceu em ambos os casos, continuam a exigir muito mais pessoal intensivo do que equipamento intensivo, embora não se deva ignorar a importante multiplicação de efeitos associados aos modernos e sofisticados meios de combate, em comparação com o armamento e equipamento tradicionais do passado recente.

Pode afirmar-se que as duas personalidades que encarnam estas posições antagónicas (pessoal intensivo *versus* material intensivo) são, respectivamente, o chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, general Shinseky, que avisou serem necessários mais de 300 mil efectivos para estabilizar o Iraque, e Rumsfeld, poderoso secretário da Defesa dos EUA, que, obviamente, o demitiu⁵.

A posição de Rumsfeld, que via os combates da nossa era como choques de natureza tecnológica, era muito bem (?) acompanhada pela plêiade de neoconservadores que enxameavam a Administração Bush, entre os quais se notabilizavam Wolfowitz, Richard Perle, William Kristol, John Bolton e muitos outros.

Não entenderam que a guerra é, antes de tudo, uma luta de vontades, em que cada uma delas se procura impor às outras. Só quando é possível conseguir fazer com que os outros ajam de acordo com essa vontade e adiram ao seu projecto, é que a população de um país está dominada. De facto, a guerra de contra-insurreição, mais do que a conquista de território e a destruição das forças armadas do adversário, é a procura de conquistar os corações e as mentes das pessoas que o habitam e a destruição do projecto de sociedade que os outros defendem, impondo o nosso.

Só o general Petraeus actuou de acordo com estes princípios, que constam de qualquer bom manual de contra-subversão (contra-insurreição, na terminologia anglo-saxónica), o que já acontece desde a mais longínqua antiguidade, como ilustra Sun Tzu na sua *Arte da Guerra*. Foi o cumprimento, ao mesmo tempo imaginativo e rigoroso, da doutrina de contra-subversão que conseguiu aliviar a pressão dos adversários da coligação e, assim, permitir múltiplas negociações que, tudo indica, têm possibilidade de garantir os interesses essenciais dos EUA no Médio Oriente (embora percam muita da influência que aí tinham), apesar de ficarem longe de alcançar os objectivos que a Administração norte-americana se tinha proposto com a invasão⁶.

O REGRESSO DOS MERCENÁRIOS

Muitas das forças militares actuais no Ocidente são constituídas apenas por militares profissionais, o que se deve ao tipo de operações militares exigidas pelo contexto estra-

tégico que envolve esta região geopolítica – regimes democráticos têm dificuldade de motivar militares conscritos para combater além das suas fronteiras.

Com o fim da Guerra do Vietname, os EUA decidiram pôr fim ao serviço militar obrigatório, que tinha sido a origem da grande erosão do apoio da população americana ao esforço de guerra, e adoptaram o serviço profissional – *all volunteer forces*. Os estados europeus enveredaram por este caminho depois da Guerra Fria. As dificuldades que vieram a lume com este tipo de serviço militar ficaram patentes durante a Guerra do Iraque e já foram objecto de um texto meu no terceiro número desta revista⁷.

Mas as razões que originaram o fim da conscrição nas Forças Armadas reforçaram-se com as enormes dificuldades de recrutar voluntários, que nem os mais elevados prémios pecuniários e o recurso a incentivos de toda a ordem (entre os quais o abaixamento dos *standards* exigidos no alistamento e a aceitação de estrangeiros, mesmo quando portadores de um cadastro criminal) conseguiram resolver. A impossibilidade prática de conseguir os efectivos militares necessários, a que se junta a dificuldade de elevar as despesas com as Forças Armadas e de obter autorização dos parlamentos (por razões de política interna) para enviar numerosos contingentes militares para território estrangeiro, acentuou a utilização de empresas militares privadas (EMP), uma designação que procura branquear a sua natureza de corpos de mercenários.

Esta importante questão estratégica, que também apareceu no consulado de Bush com a dimensão actualmente conhecida, particularmente na Guerra do Iraque, levanta problemas de vária ordem, o menor dos quais não será os custos da sua contratação, porventura um dos principais componentes das despesas de guerra, portanto do valor do défice da balança de pagamentos norte-americana.

Estes mercenários, designados «contratados», são utilizados principalmente pelo Departamento de Estado, mas também pelo Departamento da Defesa dos EUA. Os contratados constituem um factor especialmente perturbador do teatro de operações, quando nele ocorre uma campanha de contra-insurreição, porquanto é muito difusa a lei que regula as suas actividades.

Durante muito tempo, não se lhes applicava qualquer lei – nem a lei militar da coligação a quem prestam os seus serviços, nem

a lei nacional, no caso, iraquiana – o que permite comportamentos condenáveis, que provocam um enorme mal-estar na população, dificultando sobremaneira os esforços que se fazem no sentido de ter êxito a «conquista dos corações e das mentes» dos habitantes do território. O Departamento de Estado norte-americano está a tentar evitar estes efeitos perversos, elaborando legislação que contemple os contratados.


Também não são inocentes, nem ausentes de resultados negativos ou potencialmente negativos, as relações promíscuas entre meios da Administração, nomeadamente altos

OS CONTRATADOS CONSTITUEM UM FACTOR ESPECIALMENTE PERTURBADOR DO TEATRO DE OPERAÇÕES, QUANDO NELE OCORRE UMA CAMPANHA DE CONTRA-INSURREIÇÃO, PORQUANTO É MUITO DIFUSA A LEI QUE REGULA AS SUAS ACTIVIDADES.

quadros (políticos no activo ou próximos do poder), e os proprietários das EMP, muitos deles ex-militares ou ex-políticos. Sendo a guerra o seu negócio, pode ser profundamente perniciosa a sua influência no sentido de o manter florescente, o que implica políticas agressivas e de natureza bélica.

O mais curioso é que a presença de contratados corresponde, de facto, ao aumento dos contingentes militares. Se existissem efectivos militares suficientes, seriam eles que ficariam a cargo das tarefas atribuídas às EMP: segurança próxima e imediata de certas zonas, nomeadamente de instalações políticas e militares, segurança de diversas entidades, trabalhos de apoio de serviços nas áreas de operações, escolta de colunas logísticas e de pessoal, etc.

A este respeito, pode concluir-se que o número de contratados corresponderá ao preenchimento da falta de efectivos militares nos teatros de operações. O que, a partir do momento em que começarem a chegar ao país, significa o aumento das forças disponíveis. Por exemplo, depois do reforço substancial injectado no Iraque nos princípios de 2007, encontravam-se no teatro de operações cerca de 350 mil efectivos, 180 mil militares mais cerca de 170 mil contratados. Sem o reforço, o número destes ultrapassa o de militares em cerca de 30 mil.

Só que esta situação tem quatro importantes inconvenientes: retira militares às Forças Armadas, na medida em que saem para se inscreverem nas EMP, onde ganham muito mais; é bastante mais dispendiosa; introduz no sistema de forças um componente muito pouco fiável, não apenas em termos de garantias quanto ao cumprimento das missões, mas ainda na forma por vezes muito controversa como as cumprem e por agirem desenquadrados do espírito militar e de corpo; passa a haver um conjunto substancial de combatentes cujo comportamento não se pauta pelos deveres e direitos próprios da condição militar, mas têm apenas por motor de acção os proventos materiais que auferem. 

NOTAS

¹ «EUA – Vitória da lógica imperial?». In *Diário de Notícias*. 2 de Dezembro de 2000. Transcrito no livro *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio – Reflexões sobre Estratégia II*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001.

² «O novo ambiente estratégico mundial e o escudo antimíssil norte-americano». In *Expresso*. 9 de Junho de 2001. Transcrito, no essencial, em *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio – Reflexões sobre Estratégia II*.

³ *A Idade Imperial – A Nova Era – Reflexões sobre Estratégia III*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 2003.

⁴ Cf., a este propósito, o livro de SMITH, Rupert – *A Utilidade da Força – A Arte da Guerra no Mundo Moderno*. Lisboa: Edições 70, Maio de 2008.

⁵ Tem grande interesse ler a carta escrita pelo general Shinseky ao secretário da Defesa Rumsfeld nas vésperas de deixar o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, vinda a lume apenas cinco anos depois da sua demissão. Cf. INBOX, Tom Ricks's – «Scolding Donald Rumsfeld». In *The Washington Post* online, 30 de Julho de 2008.

⁶ O Exército norte-americano, no seu trabalho de efectuar o estudo histórico dos conflitos e retirar ensinamentos do modo como eles decorrem, já publicou um trabalho de análise sobre o modo como foi planeado, decidido e executado o período da Guerra do Iraque pós-conquista de Bagdade. Cf. <http://usacac.army.mil/CAC2/CSI/OnPointIla.pdf>

⁷ «O recurso à guerra ofensiva prolongada pelas democracias». In *Relações Internacionais*. N.º 3, Setembro de 2004, pp. 73-85.